



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

A Fragilidade Urbana e a Segurança em África

POR STEPHEN COMMINS

- ◆ Taxas de migração urbana sem precedentes durante a última década contribuíram para uma drástica expansão dos bairros de lata e o aumento da pobreza, violência e instabilidade nas cidades africanas.
- ◆ As causas da violência associadas à fragilidade urbana estão principalmente relacionadas com a fraqueza e a falta de legitimidade da administração, as desigualdades de desenvolvimento, a escassez de oportunidades de subsistência e enquadramentos legais que não favorecem a posse da terra e o lançamento de novas actividades comerciais.
- ◆ As soluções para a fragilidade urbana em África não residem apenas na criação de estruturas de segurança mas devem fazer parte de uma estratégia de desenvolvimento mais abrangente.

DESTAQUES

A rápida urbanização de África é um novo e desvalorizado factor que contribui para a fragilidade dos Estados no continente. Fomentados pelas perspectivas de oportunidades económicas, os êxodos relacionados com conflitos e as pressões ambientais nas zonas rurais, as cidades africanas crescem a um ritmo estimado de 15 a 18 milhões de pessoas por ano.¹ Com mais de 40 por cento de africanos de idade inferior a 15 anos, muitos dos quais destituídos de meios de subsistência, as cidades africanas tornaram-se centros densamente povoados de jovens desempregados. Estas condições criam uma mistura explosiva que pode intensificar o crime violento, a actividade de bandos de delinquentes, o tráfico ilícito, ligações aos sindicatos internacionais de crime organizado e a instabilidade

política. As repercussões afectam potencialmente todos os países do continente. Os bairros de lata de Kibera (Nairobi), Karu (Abuja), Soweto (Joanesburgo), Camp Luka (Kinshasa), Bonaberi (Douala) e outros locais, são já em grande medida zonas “no-go” (a não entrar) para as forças de segurança estatais. E com a aceleração da urbanização, os problemas de segurança tenderão a agravar-se.

A fragilidade urbana é uma forma de fragilidade do Estado – contexto de uma administração em deterioração e de crises prolongadas ou conflitos políticos – especialmente em áreas urbanas. Os governos frágeis carecem de “vontade” ou de “capacidade” para prestar serviços básicos e proporcionar segurança aos seus cidadãos. Os ressentimentos gerados pela falta

de serviços essenciais, aliados ao aumento da insegurança, do crime e da anarquia, contribuem para o aumento dos níveis de violência urbana.

Em geral, os centros urbanos, especialmente as capitais nacionais e regionais, são também sedes de governo e, portanto, locais de intensa concorrência pelo poder político e os recursos. Uma vez que nas áreas urbanas africanas se encontram frequentemente representados todos os principais grupos étnicos da sociedade, elas são também palcos de definição da identidade nacional, que põem à prova a capacidade do Estado para equilibrar as reivindicações de comunidades políticas rivais. Além disso, a grande densidade populacional das áreas urbanas facilita a mobilização política e os desafios ao poder nacional. A resultante agitação política coloca uma ameaça directa à estabilidade dos Estados africanos.

As implicações da pobreza urbana em matéria de segurança assumem uma importância cada vez maior, uma vez que, em 2025, a maioria dos pobres em África viverá em áreas urbanas e não em zonas rurais, invertendo um padrão de longa data. Além disso, em muitos países, os 20 por cento dos habitantes mais pobres dos bairros de lata têm piores indicadores de desenvolvimento humano que os 20 por cento mais pobres das zonas rurais.² Isto, por sua vez, aumenta a susceptibilidade à instabilidade provocada pela pobreza, incluindo a propagação de doenças e da escassez de alimentos. Calcula-se que 300 milhões de africanos que vivem em cidades não terão acesso a serviços sanitários até 2020. Cerca de 225 milhões não terão acesso a água potável. Estes riscos foram evidenciados pelas revoltas de 2007/2008 no Burkina Faso, Camarões, Senegal e Mauritânia, entre outros países africanos, que eclodiram devido à subida do preço dos alimentos, vestuário e gasolina. Nesse processo, foram destruídos edifícios governamentais e muitas pessoas ficaram feridas. Com os preços dos alimentos a subirem de novo rapidamente, o ressurgimento destas tensões é provável.

O Dr. Stephen Commins é Leitor no Departamento de Planeamento Urbano na Universidade da Califórnia, Faculdade de Assuntos Públicos de Los Angeles.

Apesar das dificuldades crescentes, os intervenientes nacionais e internacionais têm investido relativamente pouco no desenvolvimento urbano, nos meios de subsistência, na governação ou em programas para ajudar a travar o aumento da migração urbana. No entanto, as mutações demográficas irão reformular profundamente o quadro da segurança africana nas próximas décadas.

“As implicações da pobreza urbana em matéria de segurança assumem uma importância cada vez maior, já que em 2025 a maioria dos pobres em África viverá em áreas urbanas e não em zonas rurais”

PADRÕES DE URBANIZAÇÃO ACTUAIS

África encontra-se num período histórico de alterações demográficas. No princípio da década de 1990, dois terços dos africanos viviam em zonas rurais. Em 2025, mais de metade da população africana viverá em áreas urbanas. E durante o próximo quarto de século, a população urbana crescerá quase duas vezes mais depressa do que a população em geral, aumentando em mais de quinhentos milhões relativamente aos níveis de 1990.

A nível mundial, estima-se que a população urbana, de aproximadamente 3,3 mil milhões, duplique até 2050. No entanto, prevê-se que em África a população urbana mais do que duplique o seu nível actual, de 373 milhões, até 2030 (ver gráfico 1.1). Ou seja, em 2030, 760 milhões de africanos viverão em cidades, mais que o total actual dos habitantes de cidades de todo o hemisfério ocidental. A região da África Oriental tem a estimativa de duplicação da população urbana mais rápida do mundo: em menos de nove anos prevê-se uma evolução dos actuais 50,6 milhões para cerca de 106,7 milhões em 2017 (ver gráfico 1.2).

As três aglomerações urbanas gigantes de África, Cairo, Kinshasa e Lagos, continuam a subir rapidamente na classificação das maiores regiões metropolitanas do mundo. Em 2007, a metrópole urbana do Cairo tinha 11,9 milhões de habitantes, Lagos 9,6 milhões e Kinshasa 7,8 milhões. Em 2015, o Cairo terá 13,4 milhões, Lagos 12,4 milhões, e Kinshasa 11,3 milhões

AUMENTO POPULACIONAL NAS CIDADES AFRICANAS

GRÁFICO 1.1 : TENDÊNCIA DA POPULAÇÃO URBANA NAS REGIÕES AFRICANAS DE 1970 A 2050 (MILHARES)

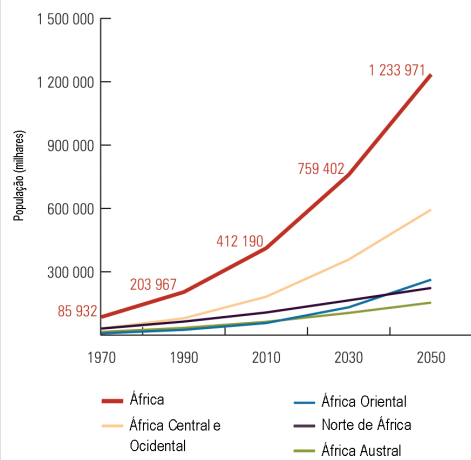
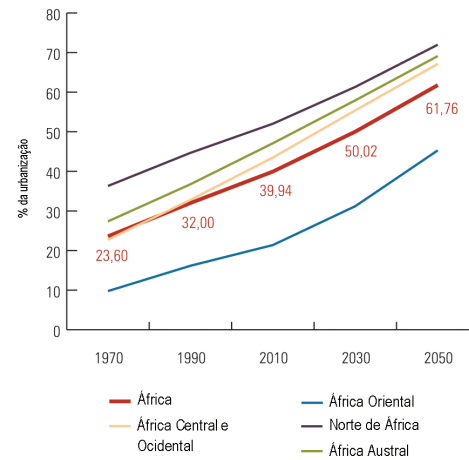


GRÁFICO 1.2 : TENDÊNCIA DA URBANIZAÇÃO NAS REGIÕES AFRICANAS DE 1970 A 2050 (PERCENTAGEM)



Fonte: ONU-HABITAT

de habitantes, ocupando os 11^o, 17^o e 19^o lugares, respectivamente, entre as maiores regiões metropolitanas mundiais. As projecções mostram que Kinshasa, com 16,7 milhões de habitantes, será a maior aglomeração urbana do continente africano até 2025.³

Ao mesmo tempo que África possui a maior taxa de urbanização, também conta com os mais baixos índices de crescimento económico urbano. Portanto, a urbanização em África divergiu de outras regiões do mundo em aspectos importantes. Noutras regiões, a urbanização implicou a criação de postos de trabalho, em resultado do aumento do investimento e da actividade económica gerada pelo sector agrícola. África tem padecido de um sub-investimento sistemático na agricultura, o que conduziu a baixas receitas de produtividade e restringiu a disponibilidade de activos que poderiam ser investidos em actividades económicas nas áreas urbanas externas à exploração agrícola. A crescente globalização económica, associada ao aumento dos subsídios agrícolas em países industrializados, piorou esta situação na última década, ao limitar os mercados das exportações agrícolas africanas. Por conseguinte, ao contrário de todas as outras regiões do mundo, a urbanização em África não contribuiu, através de economias de escala e cadeias de produção de valor acrescentado, para o crescimento geral do PIB.⁴

Deste modo, um aspecto saliente da urbanização em África é que a mesma não contribuiu, em ter-

mos gerais, para uma melhoria do bem-estar básico. Isto contraria a teoria geralmente aceite de que a urbanização proporciona um maior acesso a empregos, serviços básicos e redes de segurança social. Em vez disso, em muitos países africanos, a percentagem de pessoas com acesso a serviços não acompanhou o crescimento da urbanização. Por outras palavras,

“ao contrário de todas as outras regiões do mundo a urbanização em África não contribuiu, através de economias de escala e cadeias de produção de valor acrescentado, para o crescimento geral do PIB”

apesar de os países africanos terem sido “urbanizadores tardios”, acolhem alguns dos bairros de lata mais pobres e instáveis do mundo. As tensões têm sido exacerbadas pela incapacidade dos governos e estruturas administrativas irresponsáveis que não facultam aos cidadãos oportunidades de expressarem as suas dificuldades.

AS DINÂMICAS DA FRAGILIDADE URBANA

Em comparação com os pobres nas zonas rurais, os pobres em áreas urbanas enfrentam um tipo

diferente de riscos, que acentua a sua fragilidade. Os pobres que residem em meio urbano têm uma dependência maior dos rendimentos em numerário e dos mercados, inclusivamente para a aquisição de alimentos. São, por este motivo, mais vulneráveis às flutuações no preço dos alimentos. Em contrapartida, a maioria dos agregados familiares rurais pode produzir alguns dos alimentos de que necessita em momentos de crise económica e subida de preços. Assim, sempre que ocorrem subidas de preços acentuadas dos alimentos ou qualquer outro produto de base, a população urbana de África é imediatamente afectada. Nestas circunstâncias, os tumultos tornam-se mais prováveis.

As áreas urbanas também se encontram mais expostas à poluição, más condições de saneamento e faltas de água.⁵ Muitos governos tratam os bairros de lata como aglomerados clandestinos e manifestam relutância em conceder direitos jurídicos a tais aglomerados, devido aos custos financeiros envolvidos na criação de infra-estruturas e serviços. Os políticos, por seu lado, também não retiram grandes benefícios políticos da ajuda aos habitantes de bairros de lata. Pelo contrário, muitas administrações municipais preferem orientar os fundos para projectos de infra-estruturas ‘tangíveis’ e politicamente visíveis, e investimentos fora das áreas dos bairros de lata.

“Em comparação com os pobres nas zonas rurais, os pobres em áreas urbanas enfrentam um tipo diferente de riscos, que acentua a sua fragilidade”

A pobreza urbana também é muitas vezes minimizada em termos estatísticos e torna-se, por isso, improvável a sua quantificação real. Os parâmetros nacionais da pobreza são frequentemente definidos em termos de consumo doméstico inferior a um ou dois dólares norte-americanos por dia. No entanto, tais limiares não incluem a gama diversificada de custos e riscos a que estão sujeitos os residentes das cidades. Enquanto os habitantes de zonas rurais, em geral, podem recolher, por exemplo, combustíveis, materiais de construção, alguns alimentos, água, etc.,

no próprio meio em que vivem, os residentes urbanos são obrigados a pagar quase todos estes bens.

A vulnerabilidade nas áreas urbanas é também exacerbada por maiores taxas de violência e, geralmente, laços comunitários mais fracos. Além disso, as redes de segurança social, quer sejam de vizinhos e familiares ou de programas implementados pelo governo ou organizações não-governamentais (ONG), tendem a estar menos presentes em contexto urbano. Os programas educacionais destinados a crianças e jovens que vivem nestas cidades são muitas vezes insuficientemente financiados, limitando as oportunidades de aprendizagem e aquisição das competências necessárias para a obtenção de emprego permanente. Além disso, a insegurança pessoal nas áreas urbanas inibe frequentemente as famílias de enviar os filhos para a escola.

Estes desafios exigem escolhas políticas difíceis: que tipo de serviços sociais são passíveis de produzir os resultados mais imediatos em termos de vulnerabilidade urbana? Qual a melhor forma de dotar o governo local das capacidades para, de modo responsável e eficaz, prestar serviços sociais, depois de anos de mal-estar económico, colapso político ou negligência geral? Que sinergias potenciais existem entre a reconstrução da capacidade do governo local e a promoção de mecanismos de cooperação com a sociedade civil?

ELOS ENTRE A FRAGILIDADE URBANA E OS RISCOS DE SEGURANÇA

Será que o crescimento urbano acelerado contribui para a violência e a fragilidade urbanas? Não exclusivamente. A violência, a insegurança e a fragilidade urbanas estão associadas a fragilidades das instituições locais e nacionais e a um acesso restrito ou desigual às oportunidades económicas. Existem ainda diversos outros factores contextuais, como o narcotráfico na África Ocidental, a migração política e económica transfronteiriça na África Austral, ou as alterações climáticas e a escassez de recursos, que estão na origem de conflitos étnicos na África Oriental. De forma geral, tal fragilidade é uma manifestação de baixos níveis de legitimidade, instituições governamentais repressivas e insegurança a nível local, factores que alimentam uma alienação mais generalizada e a falta de confiança na polícia e nos organismos governamentais. As grandes disparidades de riqueza

A RESPOSTA À FRAGILIDADE URBANA

são reforçadas pelo clientelismo político, que investe os recursos governamentais em aliados étnicos e religiosos, o que exacerba ainda mais as tensões. Na realidade, estes desafios afectam a maioria do continente africano, desde o nível nacional até às pequenas aldeias. No entanto, à medida que as populações urbanas crescem continuamente por entre oportunidades económicas limitadas, verifica-se um aumento da insegurança e da percepção de que o governo se encontra alheado da situação ou é hostil, o que reforça a fragilidade política e a violência potenciais.

A análise dos elos entre crescimento urbano e violência nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) indicou que tal relação é insignificante. Em África, no entanto, existem outros factores influentes, como uma maior instabilidade económica, conflitos relacionados com a escassez de recursos, deficiências na governação e a fragilidade dos estados e, conseqüentemente, a falta de capacidade para dar resposta aos problemas existentes. A falta de capacidade dos governos significa que mesmo quando são concebidas políticas melhores, estas são difíceis de implementar à escala necessária. Além disso, os recursos necessários para assegurar o investimento necessário à melhoria das condições de vida urbana não estão disponíveis ou não constituem uma prioridade.

“a falta da capacidade dos governos significa que mesmo quando são concebidas políticas melhores, estas são difíceis de implementar à escala necessária

A urbanização e a insegurança, associadas às resultantes tensões crescentes na habitação, infraestruturas, serviços básicos e meios de subsistência, estão assim ligadas pela falta de capacidade dos governos nacionais e municipais para solucionar os problemas existentes. No entanto, estes factores, por si só, não provocam necessariamente conflitos violentos ou agitação política. As variáveis relevantes incluem a vontade das elites de se comprometerem, a força relativa das organizações civis para promover o diálogo político e o grau de estabilidade política nos países vizinhos.

A negligência de que têm sido alvo as relações políticas e de poder no debate sobre o desenvolvimento urbano em África tem impedido o desenvolvimento de políticas eficazes para enquadrar o rápido afluxo populacional às zonas urbanas do continente. Perdem-se deste modo oportunidades de promover iniciativas de desenvolvimento e empoderamento político em áreas densamente povoadas. Os governos e intervenientes internacionais devem encarar a necessidade de políticas urbanas numa perspectiva mais abrangente.

Reconhecer a fragilidade urbana como um problema de desenvolvimento e segurança. A eficácia na prestação de serviços básicos pode melhorar a opinião sobre o governo local. No entanto, deve ser privilegiada a prestação de serviços que respondam às necessidades imediatas, ao mesmo tempo que ao fortalecimento das instituições públicas a longo prazo, a fim de assegurar a sustentabilidade e uma cobertura equitativa. No caso dos governos nacionais, isto exigirá a elaboração de políticas criativas e flexíveis que incentivem as capacidades complementares das administrações locais e organizações da sociedade civil. As escolhas não têm de ser mutuamente exclusivas. Perante recursos limitados para as estratégias de desenvolvimento urbano, os governos deverão determinar, por cada cidade e contexto do sector, o tipo, nível e mecanismos de prestação mais adequados. Apesar de o governo local poder ter graves problemas institucionais, a experiência nos estados frágeis indica que, exceptuando o caso dos governos mais flagrantemente corruptos, é essencial encontrar novas vias para o desenvolvimento das capacidades de governação. Entre as áreas prioritárias nas quais tal esforço deve concentrar-se, destacam-se o reforço das iniciativas locais relativas aos sistemas de abastecimento de água e saneamento, participação cívica nos orçamentos municipais, fiscalização das despesas governamentais e formação básica do poder local em finanças e gestão de projectos. Os programas de capacitação também facultam aos governos nacionais mecanismos para investir no poder local e trabalhar com as organizações da sociedade civil.

Ao mesmo tempo que os níveis crescentes de violência, crime, medo e insegurança nos centros urbanos têm chamado a atenção para a necessidade de dar resposta à fragilidade urbana, importa sublinhar que

eles são sintomas de problemas subjacentes. Assim, os governos devem incorporar políticas que visem reduzir a fragilidade urbana nos planos de desenvolvimento. Desta forma, tais políticas são integradas em esforços mais amplos para fortalecer infra-estruturas deficientes e desenvolver os meios de subsistência dos habitantes dos bairros de lata. Esta abordagem também reconhece que é fundamental desenvolver iniciativas destinadas a encontrar soluções para a fragilidade urbana ao longo do tempo, para que as mesmas sejam eficazes. Abordar a fragilidade urbana apenas como um problema de segurança conduz muitas vezes a instrumentos de curto prazo que não tomam em consideração as causas subjacentes da insegurança e fragilidade. Os pobres exprimem frequentemente o valor que atribuem à segurança mas isto inclui a segurança dos seus bens e meios de subsistência, a par da segurança física. Os investimentos no policiamento comunitário são particularmente importantes para criar as bases doutras formas de segurança, o que representa um grande desafio para os governos, uma vez que o desenvolvimento de um policiamento eficaz é uma competência desvalorizada, tanto pelos governos nacionais como pelos intervenientes internacionais.

Incrementar a capacidade e a responsabilização do poder local. Uma boa administração urbana

“os pobres exprimem frequentemente o valor que atribuem à segurança mas isto inclui a segurança dos seus bens e meios de subsistência a par da segurança física”

é provavelmente o factor mais importante para o reforço da estabilidade. Um desenvolvimento urbano abrangente e sustentável depende de uma liderança política comprometida com uma visão democrática e equitativa da sociedade urbana. Na maioria dos casos, isto requer o reforço e a entrega de poderes às administrações locais, tanto por parte das autoridades eleitas como dos departamentos locais de ministérios nacionais.

Isto abrange a descentralização do poder e dos recursos destinados às autoridades locais e uma mi-

nuciosa reestruturação das funções do governo central, bem como a definição de políticas nas áreas da governação e reformas no âmbito político, da segurança, igualdade de direitos e economia. As audiências e consultas públicas, bem como as comissões de desenvolvimento comunitário e os conselhos participativos de planeamento distrital são exemplos de vias institucionais para associar a descentralização ao envolvimento cívico. Tais abordagens da descentralização reforçam a segurança, reduzindo a concorrência de “resultado nulo” ou “vencedor leva tudo” entre diferentes grupos identitários ao nível nacional, e permite uma distribuição de recursos mais transparente. No entanto, a descentralização, por si só, não reduz necessariamente a corrupção ou o sequestro do poder por parte de elites, motivo pelo qual os governos nacionais e os intervenientes internacionais também devem investir nas capacidades da sociedade civil.

A participação da sociedade civil é considerada um pré-requisito da boa governação, uma vez que promove a transparência e a responsabilização dos governos. O mesmo se pode dizer em relação à adopção de legislação que realça a protecção dos direitos humanos, particularmente no que respeita às camadas mais pobres e vulneráveis. Entre os mecanismos de apoio ao envolvimento positivo da sociedade civil destacam-se:

- ◆ a concessão de estatuto legal aos observadores não-governamentais no seio das instituições de supervisão do sector público
- ◆ a inclusão sistemática destes observadores em todo o processo de trabalho de determinado organismo
- ◆ fóruns bem definidos para facilitar as trocas entre cidadãos e agentes do sector público
- ◆ acesso estruturado a informação documental de carácter oficial para permitir uma supervisão informada
- ◆ o direito dos observadores de enviarem relatórios críticos directamente para os

órgãos legislativos e meios de comunicação independentes.

O reforço da responsabilização e transparência das autoridades locais é necessário para promover o envolvimento dos cidadãos e melhorar a prestação dos serviços. No passado, as autoridades locais estavam porventura mais habituadas a actuar nos bastidores (nalguns casos em prol de interesses pessoais circunscritos, em detrimento do público em geral). Ao longo da última década, foram desenvolvidos vários instrumentos para promover a supervisão e participação dos cidadãos, desde “balanced scorecards” (quadros harmonizados de resultados), que informam sobre a prestação de serviços, até à orçamentação participativa e o rastreio das despesas públicas, “Cartas de Cidadãos” (citizens charters), pactos de integridade e Inquéritos de Rastreio das Despesas Públicas (PETS), entre outros. Estas iniciativas produziram resultados positivos para a administração urbana em vários continentes.

Meios de subsistência. Os governos e intervenientes internacionais devem investir na criação de oportunidades de subsistência a um nível adequado, para resolver o problema da elevada taxa de desemprego, incluindo a expansão das oportunidades rurais e o abrandamento do ritmo da migração, bem como desenvolver programas de combate ao abandono escolar dos jovens, por forma a reduzir o seu recrutamento por bandos de delinquentes, redes criminosas ou grupos extremistas. Os micro-subsídios destinados a organizações comunitárias locais podem constituir a semente de toda uma série de pequenas iniciativas. Tais programas podem associar actividades geradoras de receitas e arrendamentos permanentes de terras à construção de habitações adequadas, defesa e segurança, electricidade, iluminação pública e ensino formal. As ONG locais e nacionais devem trabalhar no sentido de incentivar a aquisição de competências e rendimentos através da formação, programas de crédito e constituição de organizações de poupanças. Os programas destinados às crianças podem capacitar os adultos na procura de emprego. Os grupos comunitários podem ainda contribuir para a segurança, ao prevenir actividades criminosas, como tráficos, drogas, roubo,

contrabando e raptos, o que, por sua vez, reduzirá o medo que os residentes têm de abandonar as suas casas. A protecção dos meios de subsistência também deve incluir políticas destinadas a reduzir os impactos provocados por aumentos no preço dos alimentos, através de vales ou programas de curto prazo de cupões para alimentos.

No entanto, os governos e agentes internacionais devem evitar querer escolher um ou dois modelos “perfeitos”, permitindo, em vez disso, que abordagens diferentes floresçam ou se afundem na prática, e apoiar iniciativas promissoras de cidadãos, que apenas requerem um apoio complementar para progredir, em vez de pretenderem constantemente lançar programas de raiz. Esses programas devem basear-se nos recursos existentes dos pobres que vivem nas cidades, em vez de concentrar-se nas suas carências. Quanto mais recursos o agregado familiar urbano possuir, menos vulnerável será. Importa, com efeito, reconhecer que os pobres gerem complexas carteiras de bens, e que a sua capacidade de gerir esses bens configura a sua capacidade de enfrentar as dificuldades.

“os governos e agentes internacionais devem evitar querer escolher um ou dois modelos ‘perfeitos’”

Regime de propriedade. Outra importante lição retirada da urbanização noutras regiões é que o alívio da pobreza é mais eficaz nos projectos que facultam títulos de propriedade seguros e comercializáveis aos habitantes dos bairros de lata. Em muitos países africanos, ainda é concedido aos pobres das zonas urbanas um regime de propriedade apenas temporário, como licenças de ocupação, que não são inteiramente negociáveis e não estimulam o aparecimento de um mercado imobiliário e do respectivo sistema de impostos prediais que contribui para o sustento das iniciativas das administrações locais. Assim, os governos centrais devem trabalhar em prol da concessão de títulos de propriedade ou outros instrumentos de posse duradouros. Entre os países que alteraram a legislação e disposições regulamentares para melhorar a segurança da proprie-

dade, com aparente sucesso, destacam-se Moçambique, Namíbia, Ruanda, Tanzânia e Uganda.

CONCLUSÃO

É provável que, nos próximos anos, a fragilidade urbana venha a ocupar um lugar cada vez mais central na problemática da segurança em África. As abordagens convencionais de segurança, por si mesmas, revelar-se-ão ineficazes para dar resposta a tais desafios e, na verdade, tratarão apenas os sintomas. Em vez disso, são necessários esforços determinados para desenvolver a capacidade das administrações locais africanas e criar oportunidades para a juventude urbana desempregada, ao mesmo tempo que se reforça a participação social dos habitantes dos bairros de lata.

NOTAS

¹ Programa das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (UN-HABITAT), *The State of African Cities: A Framework for Addressing Urban Challenges in Africa*, (Nairobi: UN-HABITAT, 2008).

² David Satterthwaite, "The Underestimation of Urban Poverty in Low- and Middle-Income Countries," Instituto Internacional para o Ambiente e o Desenvolvimento, 2004.

³ UN-HABITAT.

⁴ McGranahan, Diana Mitlin, David Satterthwaite, Cecilia Tacoli, e Ivan Turok, "Africa's Urban Transition and the Role of Regional Collaboration," Instituto para a Economia e o Desenvolvimento Internacional, 2009.

⁵ Lesli Bull-Kamanga, "From Everyday Hazards to Disasters: The Accumulation of Risk in Urban Areas," *Environment and Urbanization* 15, no. 1 (2003).

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador
(reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Gerente Regional:
Elisabeth Feleke
Telephone: 221 33 869 61 00
Email: FelekeE@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABABA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telephone: 251 11 517 4000
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

